

## UTOPIA E CRÍTICA POLÍTICA EM *AVENTURAS DE TELÊMAGO DE FÉNELON*

Helvio Moraes\*  
Marília Gabriela Malavolta\*\*

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo uma análise do pensamento utópico do escritor e teólogo francês François Fénelon, a partir de duas passagens centrais de *Aventuras de Telêmaco* (1699), em que o autor descreve duas cidades utópicas, Salento e Bética, sendo possível, por meio de tal descrição, perceber tanto seu descontentamento em relação à França de seu tempo quanto sua idéia de superação desta ordem.

**Palavras-chave:** Utopia; Filosofia Política; Absolutismo.

**Abstract:** This study is aimed at analyzing the utopian thought of the French theologian and writer François Fénelon, from two central passages in his *Adventures of Telemachus* (1699), in which the author describes two utopian cities, Salentum and Boetic, making it possible, through such descriptions, to note his discontentment in relation to absolutist France, as well as his idea of overcoming this order.

**Keywords:** Utopia; Political Philosophy; Absolutism.

### Introdução

François Armand de Salignac de la Mothe, prelado e escritor francês, nasceu no castelo de Fénelon, em Périgord, a 6 de agosto de 1651. Padre desde 1665, participou da grandiosa corte de Luís XIV e chegou a ser encarregado da educação de três dos infantes: o duque da Borgonha (1689-1695), o duque de Anjou, mais tarde rei da Espanha, e o duque de Berry, devido à fama obtida com seu *Tratado da educação das jovens*, que veio à luz em 1687, obra dedicada às filhas do duque de Beauvillier. Na corte, tinha como grande adversário Bossuet Jacques Bénigne (1607-1704),

---

\* Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat.

\*\* Mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professora da Universidade Paulista – Unip. Este artigo teve a colaboração da professora Marlies Regina Figueira, graduada em Letras pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

preceptor do primogênito de Luís XIV, o Grande Delfim (1661-1701), e inspirador das perspectivas de Luís XIV, já que representava com excelência o absolutismo católico ao defender o direito divino do rei e procurar justificar a célebre frase do rei absolutista: *l'État c'est moi*. Apesar de fazer parte da corte e também acreditar em uma monarquia paternalista, Fénelon não compartilhava destas idéias levadas ao extremo. Ao contrário, o promovido arcebispo de Cambrai assume uma posição claramente anti-absolutista, que se pode notar neste trecho de uma carta dirigida a Luís XIV, em 1694:

em cerca de trinta anos os nossos principais ministros abalaram e demoliram todas as antigas máximas de Estado, para elevar ao máximo a Vossa autoridade, a qual se converteu na deles, em cujas mãos estava. Não mais se falou do Estado nem de regras; apenas se falou do Rei e do seu arbítrio. Vossas rendas e Vossas despesas foram lançadas para o infinito. Elevaram-vos até ao céu, para apagar, segundo se dizia, a grandeza de todos os Vossos predecessores juntos, ou seja, para empobrecer a França inteira, a fim de introduzir na Corte um luxo monstruoso e incurável. Eles quiseram erguer-vos sobre as ruínas de todas as condições do Estado, como se pudésseis ser grande arruinando todos os Vossos súbditos, sobre os quais se fundamenta a Vossa grandeza.

A crítica ao exacerbado poder do rei absolutista encontra-se também em *Aventuras de Telêmaco* (1699), proibida posteriormente por Luís XIV. Embora defendesse nesta obra uma monarquia paternalista moderada e, de certa forma, aristocrática e descentralizada, respeitadora da tradição e da moral, Fénelon cai em desgraça perante Luís XIV devido às críticas ao seu Estado contidas neste romance de formação, escrito com a intenção de moldar o caráter do jovem duque da Borgonha, neto mais velho do rei, e prepará-lo para sua futura missão de governar a França.

Fénelon busca na literatura clássica um modelo para ser aplicado a esta situação específica e o encontra na *Odisséia*, no episódio que abre o

poema, paralelo ao delongado retorno de Ulisses a Ítaca: a Telemaquia, ou a viagem empreendida por Telêmaco em busca do pai. No tratamento dado por Fénelon, trata-se, acima de tudo, de uma viagem de aprendizado. De adolescente impetuoso, imprudente e egoísta, Telêmaco, sempre instruído pelo sábio Mentor, na verdade um disfarce da deusa Minerva, passa por uma grande transformação e torna-se um jovem experiente e amadurecido, absolutamente preparado para governar seu povo.

Este aprendizado pode ser melhor compreendido se nos atentarmos para a maneira como foi estruturada a obra. Podemos dividi-la em duas partes, apenas para tornar mais clara nossa exposição, pois não há limites precisos que as definam: a primeira, que se estende aproximadamente do primeiro livro ao décimo segundo, traz o relato da formação do caráter de Telêmaco, através das difíceis situações a que é exposto pelos vários lugares por que passa. A segunda, que compreende os doze últimos capítulos, diz respeito à sua preparação para o governo de Ítaca. O cenário é Salento, e as mudanças promovidas ali por Mentor servirão como exemplos vivos de como reinar com justiça e sensatez. Esta parte, juntamente com a breve descrição da Bética, que encontramos no oitavo livro, compõem o pensamento utópico de Fénelon, objeto de nossa análise. Nelas podemos perceber tanto o profundo descontentamento do autor em relação à França de seu tempo, quanto sua idéia de superação desta ordem.

### **Fénelon e a corte de Luís XIV**

Há um vínculo muito estreito entre o texto utópico e a realidade política, econômica e social em que surge. Segundo Rota Ghibaldi (1992, p. 162), “analisar uma utopia, qualquer que seja a forma que ela assume, implica entrar nos problemas históricos diretamente ou indiretamente

enfrentados, esclarecer o contexto em que nasce e toma forma, ilustrar seus êxitos em relação aos debates contemporâneos”. Sendo assim, uma compreensão mais completa do aspecto político das *Aventuras de Telêmaco* não pode prescindir de uma contextualização histórica, mais especificamente, de uma contextualização do ambiente cortês no qual vivia o arcebispo Fénelon quando da escritura de sua obra, em 1694, obra que objetivava, como vimos, a edificação moral daquele que então viria a ser o futuro rei da França. Sob o manto de tal edificação e das aventuras fantásticas vividas pelo protagonista, correm, implícitas, numerosas críticas ao regime absolutista de Luís XIV.

Em primeiro lugar, é necessário dizer que as utopias francesas do século XVII, de sua segunda metade, sobretudo, conservaram duas características bastante peculiares, decorrentes da falta de liberdade intelectual e religiosa ocasionada pela monarquia absolutista do período. Uma dessas características foi, justamente, o surgimento sempre dissimulado das idéias dos autores, manifestadas, muitas vezes, em forma de novelas fantásticas. A segunda foi a preocupação mais acentuada com questões políticas, filosóficas e religiosas, do que com questões econômicas, o que é bem mais freqüente em utopias anteriores. Segundo Berneri (s/d., p. 197), “muitas dessas utopias não aspiram a ser descrições acabadas de uma sociedade ideal; a organização social, traçada em grandes linhas, simplesmente serve de fundo para a exposição de ideias inconformistas.”

Em *Telêmaco*, os lugares de Bética e Salento, onde homens levavam uma vida frugal e laboriosa, onde o ouro servia para construir arados e onde a guerra era algo desconhecido, respondem bem às descrições de uma sociedade ideal. Entretanto, por trás de suas descrições idílicas, Fénelon censura, entre outras coisas, a paixão guerreira de Luís XIV, seu amor pelo luxo e o abandono da agricultura.

A distinção sempre bem demarcada e o luxo, alguns dos motivos pelos quais Luís XIV recebeu duras críticas de Fénelon, representavam ao rei absolutista um instrumento de dominação. Para o monarca, quanto mais distante se mostrasse o príncipe, maior seria o respeito que o povo lhe testemunharia. Em suas memórias, Luís XIV exprimiu muito claramente seu pensamento sobre etiqueta, como observamos neste fragmento:

Enganam-se grosseiramente aqueles que pensam que não passam de questões de cerimônia. Os povos sobre os quais reinamos, não podendo penetrar no âmago das coisas, fazem os seus juízos pelo que vêem de fora e é quase sempre a partir das precedências e das posições hierárquicas que medem o seu respeito e obediência. Como é importante para o público ser governado por uma só pessoa, também é importante para ele que aquele que desempenha essa função esteja de tal modo acima dos outros que ninguém se possa confundir ou comparar com ele e não se pode, sem lesar todo o corpo do Estado, retirar à sua cabeça os sinais de superioridade, e mesmo os mais ínfimos, que a distinguem dos seus membros (II, 15, apud ELIAS, 1987, p. 92).

Tal como via na manutenção do luxo uma forma séria de dominação, advinda de uma necessária aparência de superioridade, Luís XIV fez guerras, conforme explica-nos Norbert Elias, “porque a reputação de conquistador é o mais ‘nobre’ e o mais sublime de todos os títulos, porque o rei é de algum modo obrigado a fazer guerras por função e por destino” (ELIAS, 1987, p. 110).

Tais convicções do monarca podem ser explicadas por sua situação inversa a de outros chefes de Estado. Luís XIV estava preocupado exclusivamente com a manutenção e a salvaguarda de seu Estado e não com conquistas e com o enfrentamento de situações difíceis, pelas quais “nenhuma etiqueta, nenhuma auréola, nenhuma mecânica seria posta em ação para vir em seu auxílio” (*idem*, p. 100). O caso diferente de Luís XIV é explicado a partir da Fronda que sofrera em sua juventude, uma conjuração

contra a ordem estabelecida e contra a sua dinastia. Durante a Fronda, explica Elias (*idem*, p. 101),

todos os corpos constituídos se tinham coligado contra o representante da realeza. É certo que essa unanimidade nunca fora duradoura. Quando atingiu a maioria e subiu ao trono de França, a realeza já tinha reconquistado o poder absoluto. Luís XIV herdou-o. A tarefa que o esperava não era conquistar e monopolizar, mas proteger e consolidar as estruturas de dominação existentes. Tratava-se para ele de vigiar e manter acesas as tensões que opunham entre si as diversas ordens e camadas sociais.

Tal situação personificou Luís XIV como um soberano absoluto e conservador, características que o obrigavam a manter uma forte vigilância a fim de assegurar seu poderio. Conforme a descrição de Saint Simon (apud ELIAS, 1987, p. 103),

o desejo do rei de saber tudo quanto se passava à sua volta nunca abrandava; encarregou o seu primeiro criado de quarto e o governador de Versalhes de contratar alguns suíços. Estes receberam uma libré real e só recebiam ordens das pessoas que referimos. Tinham por missão passear, dia e noite, de manhã e de tarde, pelos corredores e passagens, pátios e jardins, de se esconder, observar as pessoas, segui-las, ver onde iam e quando voltavam, ouvir todas as conversas e, sobretudo, vir contá-las.

A responsabilidade de apenas manter seu regime justifica, pois, as críticas de Fénelon a muitos dos comportamentos de Luís XIV, dada a maneira através da qual o monarca deu cabo à sua missão, a saber, supervalorizando o luxo, a etiqueta e quaisquer outras formas de superioridade, valorizando a guerra, valendo-se de meios de espionagem, enfim. Realça, também, a ousadia do autor que, responsável pela formação do neto de Luís XIV, a pedido deste, função que o aproximava bastante da

corte, acaba sendo um dos maiores críticos do soberano, mesmo sobre o forte esquema de vigilância de seu reino.

Outro fator importante para entendermos a extensão do poder de Luís XIV refere-se à transformação social ocorrida na França entre os séculos XVI e XVII. A passagem do feudalismo para a aristocracia de corte, marcada, entre outras coisas, pela destruição das bases econômicas da nobreza e pela ascensão de uma classe burguesa, foi determinante para o fortalecimento do poder real.

Luís XIV assegurou seu poderio em uma rede de interdependências e tensões. Com o declínio, cada vez mais irreversível, do sistema feudal (o afluxo de metais preciosos e a conseqüente desvalorização da moeda foram extremamente prejudiciais à nobreza fundiária francesa, que cobrava rendas fixas sobre suas terras), a realza curial do século XVII e XVIII baseava-se, no que concerne ao plano econômico, nos rendimentos em dinheiro. Segundo Elias (1987, p. 127) “uma parte cada vez mais importante dos seus recursos era constituída pelos impostos e contribuições de toda a ordem que recolhia da fortuna de seus súbditos.”

Diz-se que Luís XIV assegurou seu poderio em uma rede de interdependências e tensões porque, enquanto o declínio da nobreza fundiária aumentou de forma significativa sua dependência financeira junto ao rei, este, um nobre por excelência, precisava da nobreza, do prestígio e excelência dessa classe para garantir todos os atributos ilustres de um verdadeiro monarca.

No plano da guerra também a nobreza (militar) perdia suas forças. O afluxo de dinheiro permitia ao rei recorrer cada vez mais a mercenários.

Paralelamente à queda da nobreza, o século XVII assistiu ao agrupamento de burgueses bastante ricos. E foi a existência de mais esse grupo que, reforçando tensões e relações de interdependências, fortaleceu o

poder de Luís XIV. Segundo Elias (*idem*, p. 140), os burgueses “ricos, numerosos e poderosos e conscientes do seu valor para oporem uma resistência tenaz às reivindicações de predomínio da nobreza”, eram, apesar disso, “incapazes de pretenderem eles próprios o poder. Do lado oposto”, prossegue Elias, “encontramos uma nobreza suficientemente forte para fazer frente às camadas burguesas em ascensão e manter as suas posições, mas fraca demais, sobretudo no plano econômico, para instalar seu poder face à burguesia.” Esse equilíbrio de tensões não permitia a nenhum dos grupos antagônicos a tomada do poder, o que legitimava o poder do rei, dependente, por um lado, do prestígio da aristocracia de corte e, por outro, da ascendente economia burguesa, mas bem mais forte do que ambas as classes.

Frente a esse quadro de interdependências sociais, bastante característico do antigo regime, Elias (*idem*, p. 166) assim descreve outra situação específica a Luís XIV, sublinhando seu poder absoluto e dando-nos uma imagem ainda mais precisa do ambiente, tenso e arriscado, que Fénelon freqüentava:

Apesar da notória fraqueza da posição da nobreza, Luís XIV sentia-se de tal modo ameaçado por ela, muito em especial pela alta nobreza e pelos membros da sua própria casa, que esse sentimento, fortalecido pelas suas experiências de juventude, se tornara para ele uma segunda natureza. A sua vigilância constante à nobreza – e a todos os seus súbditos – era uma das suas características dominantes. Sempre que as questões de predomínio, de nível hierárquico, de prestígio ou de superioridade pessoal estavam em causa, o rei abandonava a impassibilidade que, como em muitos homens de corte, era a sua atitude face a problemas de ordem econômica. Naqueles casos Luís XIV perdia o sangue frio: apresentava-se tenso e agia implacavelmente, como, de resto, os outros cortesãos.

Contrário, portanto, ao poder absoluto e conservador desse monarca, em suma, Fénelon elaborou a ele suas críticas, implícitas nas *Aventuras de*



*Telêmaco*, criando uma sociedade ideal, onde o rei já não é a encarnação de um poder divino e absoluto, mas sim de um homem sábio, o mais sábio do reino.

### **O pensamento utópico de Fénelon**

A literatura utópica é marcada por duas tendências contrastantes. Há, num primeiro momento, o predomínio quase absoluto da concepção de um Estado perfeito constituído a partir da ordem mantida por leis rigorosas e imutáveis que regulam a vida social, desde os acontecimentos mais corriqueiros até as mais altas e complexas funções daqueles destinados a geri-lo. Este é o caso da grande maioria das utopias clássicas como, por exemplo, a *Utopia* de Morus e *A Cidade do Sol* de Campanella. Por outro lado, observa-se o desenvolvimento mais lento de uma corrente que tem início na descrição feita por Rabelais, em *Gargântua*, da Abadia de Telema, cujo lema, “Faze o que quiseres”, era a única regra aplicada aos telemitas, que viviam “conforme sua boa vontade e seu livre arbítrio. Ninguém os vigiava, nem os obrigava a beber, a comer, nem fazer qualquer outra coisa” (SERVIER, 1995, p. 35). Esta corrente terá seu ápice somente no fim do século XIX, com os escritos de William Morris, nos quais a idéia de liberdade individual passa a ser colocada em primeiro plano, em aberta oposição à inclinação autoritária da utopia clássica.

Ambas tendências são contempladas por Fénelon em *Aventuras de Telêmaco*, em diferentes momentos ao longo da narrativa, e a abordagem que faz atenuar, de certa forma, esta relação antitética, ao estabelecê-las como etapas necessárias ao processo de ruptura para com um governo despótico e em direção à era da liberdade, como veremos a seguir.

Dentre os vários lugares que Telêmaco visita ou dos quais apenas toma conhecimento, as cidades da Bética e Salento são as que, de maneira mais cabal, nos possibilitam aproximar do pensamento utópico de Fénelon. Suas descrições tratam da organização social tal como se encontra já num estágio de perfeito funcionamento, como é o caso da Bética, ou do processo pelo qual uma sociedade corrompida deve passar para alcançar este estágio, o que nos é fornecido através do exemplo de Salento.

Logicamente, em relação às outras cidades visitadas, existem relatos a respeito das formas de governo, do convívio dos cidadãos, do trabalho, das guerras e das cerimônias públicas, para citarmos apenas alguns de seus aspectos. No entanto, tais relatos têm seus limites, pois estão estreitamente vinculados à formação do caráter do jovem Telêmaco. Somente vêm à tona para ressaltar algum defeito ou virtude no vasto rol de pessoas com as quais Telêmaco por curto período convive, funcionando como pequenas experiências que servem de pretexto para que Mentor, a partir delas, possa instruir seu discípulo de maneira mais sólida. Estas experiências vão, aos poucos, acumulando-se num amplo repertório de caracteres e situações com o que, no futuro, o jovem saberá lidar.

A estada de Telêmaco em Tiro, na Fenícia, ilustra apropriadamente o que acabamos de afirmar. Ele se maravilha ante a beleza da região de onde se ergue a agitada cidade portuária, admira sua incessante atividade comercial, mas é informado por Narbal que todo este esplendor está ameaçado pelo governo tirânico de Pigmalião: “Ah! meu amado Telêmaco, se tu a viras antes do reinado de Pygmalião, ficáras muito maravilhado. Agora não vêes mais que os tristes vestígios de huma grandeza, que ameaça ruína. Desgraçada Tyro, em que mãos vieste a cair!” (FÉNELON, 1785, p. 86). A partir deste ponto, todas as referências que Narbal faz a Pigmalião servem para instruir o filho de Ulisses contra o excesso, a mentira, a cobiça e a

inconstância. Uma vez atingidos tais propósitos, a narrativa toma outro rumo, uma nova aventura se apresenta e a impressão que permanece é a de que a rápida passagem de Telêmaco pela ilha em nada modifica sua ordem política, econômica ou social. Dada sua incompletude, seu caráter fragmentário, este e outros relatos semelhantes devem ser vistos como etapas preparatórias para o(s) modelo(s) de cidade ideal proposto(s) por Fénelon, incluindo, portanto, desde já, sua velada crítica ao absolutismo de Luís XIV, que anteriormente mencionamos. Não há como esquivar-se de perceber em Pigmalião, para continuarmos com nosso exemplo, certas semelhanças relacionadas a um monarca absolutista:

Pygmalião de todos se teme; dos naturaes, e dos estranhos. Em vez de franquear com toda a liberdade os portos, como era costume antigo entre nós, a todas as Nações, ainda as mais remotas, toma conta de quantos navios entraõ no porto; dos nomes da gente, que trazem, do genero do seu commercio; da qualidade, e preço das fazendas, e do tempo, que tem de demorar-se. Ainda faz peor; pois usa de estratagemas para sobreprezar os mercadores, e confiscar-lhes as fazendas, inquieta os negociantes que julga mais oppulentos, e sob diversos pretextos impoem novos tributos; quer tambem entrar no commercio, e todos receaõ ter contas com elle (*idem*, p. 87).

Portanto, é possível evidenciar, no pensamento utópico de Fénelon, uma espécie de liame que tem como pólos extremos, de um lado, a constatação da incoerência da ordem vigente e, conseqüentemente, a negação desta ordem, e de outro, Bética, que, nas palavras de Servier (1995, p. 64), assemelha-se a “um paraíso terrestre em que todos os homens são livres e todos os bens são comuns.”

Embora seja fortemente marcada pelo mito da Idade do Ouro, inclusive a ponto de Fénelon citá-lo, a descrição da Bética como que prenuncia a noção da segunda inocência, postulada mais tarde por Rousseau. Bética não é simplesmente o lugar onde há abundância de alimentos e onde

se vivencia uma felicidade incipiente e ignara e se desconhece a experiência do viver coletivo, como algo anterior ao processo civilizatório. Ao contrário, a felicidade de seus cidadãos é garantida pela vida em comunidade, capaz de fornecer a cada um de seus partícipes tudo o que é necessário à sua completa satisfação, porém nada além disso. À base desta organização social está o princípio da autarquia, ou auto-suficiência do Estado, um eco da noção platônica de que o Estado origina-se das necessidades humanas mais básicas e somente a elas deve estar atento, mas também da teoria aristotélica da “justa medida de grandeza” da *pólis*. É neste ponto que torna-se mais evidente a total refutação de Fénelon ao excesso, ao supérfluo, à suntuosidade, tão comuns em seu tempo. A breve descrição da vida frugal dos habitantes de Bética funciona como um espelho voltado contra a opulência e futilidade da corte de Luís XIV. Telêmaco toma conhecimento desta cidade por meio de Adoam, capitão do navio em que, juntamente com Mentor, é resgatado, após a fuga da ilha de Calipso. Após o relato da bela geografia da região onde situa-se a Bética, Adoam prossegue:

Quando começamos a commerciar com estes Póvos, vimos que faziaõ do ouro, e prata o mesmo uso, que do ferro, por exemplo, para as relhas dos arados; (...) Quasi todos são Lavradores, ou Pastores, e ha poucos Artifices, pois só querem aquellas Artes, que servem para as verdadeiras precisões; e até a maior parte dos homens neste Paiz, posto que dados á Agricultura, ou guarda dos rebanhos, naõ deixaõ de praticar as Artes, de que necessita o seu gênero de vida simples, e frugal (FÉNELON, 1785, p. 175).

Após rápidas considerações sobre os poucos e elementares afazeres de homens e mulheres, o capitão fala sobre a atitude que têm em relação ao luxo:

Quando ouvem fallar de Póvos, que fazem soberbos edificios, móveis de ouro, e prata, e que usaõ de sedas bordadas, e de jóias, aromas exquisitos, guizados delicados, e instrumentos, cuja harmonia encanta, respondem por este theor: Esses Póvos são bem desgraçados, por ter empregado tanta fadiga, e industria em damnar-se a si proprios. Esse superfluo enerva, desacorda, e atormenta aos mesmos, que o desfructaõ. Serve de accender, naquelles que o não tem, desejos de adquirillo com injustiça, e violencia. Merece por ventura o nome de bem, o superfluo, que só serve de estragar os homens? (*idem*, p. 175-6).

Pelo fato de não existir escassez nem excesso, obtendo cada ser humano aquilo que lhe seja estritamente necessário para viver de modo satisfatório e desenvolver plenamente suas aptidões, a propriedade particular e, conseqüentemente, a dominação de uns em relação a outros, não encontram campo fértil onde possam proliferar. Desta forma,

Todos os bens são communs, (...) não he necessario repartillos entre Póvos taõ sóbrios, e moderados. (...) assim, não pleiteão huns com outros, antes se amaõ com tal amor fraternal, que não há cousa que possa estorvallo. O despego das vãs riquezas, e dos deleites enganosos he que lhes conserva esta paz, união, e liberdade. Todos são livres e todos são iguaes (*idem*, p. 176-7; grifo nosso).

Por meio desta passagem podemos perceber com maior nitidez o que afirmamos acima acerca da França de Luís XIV e Bética como pólos extremos na concepção de Fénelon de uma sociedade mais justa: à autoridade nas mãos de uma só pessoa, ele contrapõe a idéia de uma comunidade livre. Assim, não há, na Bética, especificamente uma instituição política que vise o governo dos homens, pois a experiência os ensinou que não é necessário recorrer a este meio. O nível máximo a que chega algum tipo de autoridade é a família, que “he governada por hum maioral, que he seu verdadeiro Rei” (*idem*, 176). O trabalho não é imposto por uma lei ou pela autoridade de um governante. Ao contrário, é visto

como algo prazeroso, que deve ser compartilhado com todos, da mesma forma que os frutos que dele se originam. Afora isto, todos têm a liberdade de andar pelo país sem nenhuma restrição e mudar “suas cabanas de hum para outro sitio” como e quando bem quiserem. Tais características tornam Bética ainda mais utópica que Salento, que veremos a seguir como ponto intermediário entre os dois extremos.

Hinrich Hudde enfatiza este aspecto da Bética através da análise que faz sobre o lugar e o tempo utópicos. Para ele, quanto mais distante se encontra, na narrativa utópica, determinado país, tanto mais difícil, até mesmo improvável, se torna a efetiva realização da proposta de seu autor. No âmbito de nosso estudo, podemos constatar a exatidão de sua afirmativa: a Bética está muito distante dos lugares por onde Telêmaco passa e, como vimos, ele somente tem notícia de sua existência através daquilo que lhe é contado por Adoam. Fénelon parece, com isso, ter consciência da precocidade de seu pensamento: em relação à Bética, até mesmo se mostra incapaz de apresentar com maiores detalhes sua concepção de uma comunidade livre. Ele parece vislumbrar certos contornos deste novo modo de vida, mas ainda não está maduro (seu tempo não está) para propô-lo em suas minúcias, daí a idéia do relato de Adoam como subterfúgio, em detrimento da descrição de uma visita de Telêmaco ao lugar. Para Hudde (1993, p. 173), “somente distante e na estilização idílica é, para Fénelon, imaginável e representável uma sociedade em que não exista nenhuma outra autoridade acima daquela do pai de família. [...] A Bética representa um sonho idílico de liberdade e felicidade: em última análise, portanto, de evasão”.

Em contraste com a Bética, Salento está mais próxima, ela pertence, por assim dizer, ao “mundo” de Telêmaco, à realidade na qual se insere. Sua imagem proporciona a Fénelon as condições mais propícias

tanto à crítica quanto à proposta de reforma. Segundo Hudde (*idem*, 172), “tem caráter de projeto e tende à realização.” Isto explica a opção adotada por Fénelon de apresentá-la como a mais importante experiência vivida por seu herói. Não representa, como se dá nos casos anteriores, uma passagem rápida e descomprometida do começo ao fim, quase que ao sabor do acaso e carente de propósitos, pois nela observamos uma participação ativa de Telêmaco nos eventos motivadores de transformações. Assim que Telêmaco desembarca na cidade, sabemos que, desta vez, alguma missão de relevância está reservada a ele, conforme as palavras de Theophanes, o sacerdote do templo de Júpiter, onde juntamente com Idomeneu, o rei, e Mentor, ele assiste a um sacrifício:

Deoses! (...) Que estrangeiros são estes, que o Ceo nos envia a estes lugares? Se elles não chegassem, seria para nós fatal a guerra, que emprehendemos, e Salento, antes de acabar de surgir dos seus fundamentos, descaheria. Vejo um Heroe mancebo, a quem a sabedoria guia pela mão. He vedado á bocca de hum mortal dizer mais (FÉNELON, 1785, p. 93-4).

A missão de Telêmaco é comandar com sucesso a guerra que os salentinos estão prestes a travar contra os danaos. Quando retorna a Salento, após uma campanha bem-sucedida, que lhe dá o aprendizado de que necessita para governar em tempos de guerra, está pronto para receber sua última lição: como exercer o governo em época de paz. Sua ausência da cidade durante o período que dura a guerra, faz com que contemple com sobressalto, quando retorna, as grandes mudanças ocorridas.

Neste ínterim, Mentor, alter ego de Fénelon, também desempenhou sua missão: instruir o rei Idomeneu a reger com justiça e tornar Salento um modelo de cidade perfeita. É neste ponto que o pensamento utópico de Fénelon nos mostra seu lado prático: a descrição do processo de transformações pelo qual Salento passa adquire traços de proposta

pragmática passível de ser implementada com certa urgência. Num primeiro momento, temos a imagem de uma Salento que muito se assemelha à França do século XVII, como percebemos na censura que Mentor dirige a Idomeneu:

Em quanto tinhas tantos inimigos estrangeiros, que ameaçavaõ o teu Reino, ainda mal seguro, não cuidavas, no interior da tua nova Cidade, n'outra cousa senaõ em levantar nella soberbos edificios. Isto te tem custado muitas noites roins, como tu mesmo me tens confessado. Estancaste as tuas riquezas, não cuidaste em augmentar as Povoações, nem em cultivar os ferteis campos desta costa (*idem*, p. 228).

A partir deste quadro, Mentor promove drásticas medidas e faz promulgar leis rigorosas que passam a ser estritamente observadas. No interior da cidade regulariza o comércio, evitando abusos, fraudes e especulações. Proíbe o luxo e faz desaparecer qualquer resquício de vaidade, a ponto de estabelecer um tipo de vestuário muito simples para todos os cidadãos, permitindo apenas que seja de cores diferentes, como única distinção entre as classes. No campo, incentiva o cultivo das terras antes incultas. A agricultura passa a ser a principal atividade econômica de Salento e a maioria dos vícios é erradicada do país graças à dedicação de seus habitantes ao trabalho agrícola, simples e rústico, porém incessante, evitando, assim, a efeminação da mocidade, a afetação, a incontidência, para usarmos as palavras do autor. Promove também uma distribuição de terras mais justa, em que cada família se apropria da extensão necessária para seu sustento, de acordo com a classe a que pertence.

Neste ponto, verificamos que Fénelon compartilha com os utopistas que lhe antecederam, assim como com seus contemporâneos, a idéia de uma sociedade fisiocrata como origem de uma organização perfeita. Vários estudiosos, Trousson e Servier, por exemplo, afirmam que o trabalho



agrícola é visto por estes autores como a forma de o homem recuperar o vínculo com a natureza, a mãe geradora e propiciadora dos bens essenciais à vida. Seguir a “Lei da Natureza” é o postulado destes utopistas. Recorrer à agricultura faz parte da experiência onírica do homem de uma volta a um passado paradisíaco, o desejo de um retorno à Idade do Ouro.

No caso em estudo, este é o dado que faltava para compreendermos as cidades ideais de Fénelon, não como concepções que se chocam: a utopia autoritarista de um lado e, de outro, a utopia libertária, ou seja, a sumária contraposição entre ordem e liberdade. Como pudemos constatar, há uma relação bem mais complexa, uma espécie de complementaridade entre estes relatos. A indignação de Fénelon em relação ao estado de coisas em que vivia o levou a refletir sobre mudanças bruscas, passíveis de serem elaboradas numa proposta dotada de um razoável grau de concretude, como nos mostra o exemplo de Salento. Mas isto nos leva à etapa seguinte, a era da total liberdade e justiça, que Fénelon pode apenas intuir, esboçar em linhas muito gerais, pois exige certas condições que a conjuntura histórica em que vive não lhe permite alcançar.

### Referências

- BERNERI, Maria Luisa. **Viaje a traves de Utopia**. Buenos Aires: Ed. Proyección, s/d.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Lisboa: Edl. Estampa, 1987.
- FÉNELON. **Aventuras de Telêmaco**. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1785.
- FIRPO, Luigi (org.). **Studi sull’Utopia**. Firenze: Leo S. Olschki, 1977.
- GHIBAUDI, Silvia Rota. “Metodi di analisi dell’utopia: osservazione critiche”. In: MINERVA, Nadia (org.). **Per Una Definizione di Utopia**. Ravenna: Longo, 1992.

- HUDDE, Hinrich. “Genere Letterario e Spirito dell’Utopia”. In:  
COLOMBO, Arrigo. **Utopia e Distopia**. Bari: Dédalo, 1993
- SERVIER, Jean. **La Utopia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- TROUSSON, Raymond. *Viaggi a Nessun Luogo*. Ravenna: Longo, 1992.